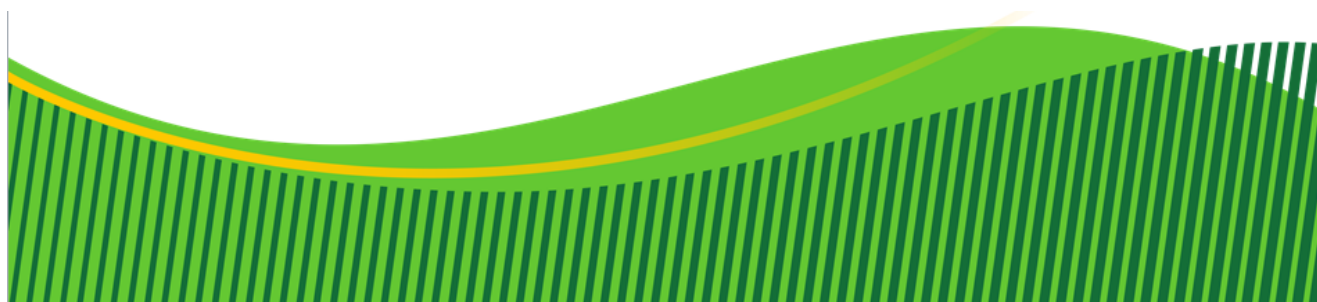


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS
Soledade/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucaraí - Sicredi Botucaraí RS
CNPJ/MF nº 87.900.601/0001-39

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	549.823	570.767	CIRCULANTE	331.805	293.439
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	9.052	6.183	DEPÓSITOS (NOTA 12)	116.835	91.677
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	1.482	-	Depósitos à Vista	81.287	66.222
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.482	-	Depósitos Interfinanceiros	8.327	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	82.693	-	Depósitos a Prazo	27.221	25.455
Carteira Própria	82.693	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	175.824	167.474
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	72.266	228.927	Recbimentos e Pagamentos a Liquidar	-	5
Pagamentos e Recbimentos a Liquidar	-	-	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	175.824	167.469
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	209	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.522	1.143
Correspondentes no país	280	223	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.522	1.143
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	71.777	228.704	OUTRAS OBRIGAÇÕES	37.624	33.145
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	356.710	313.416	Cobrança e Arrecadação de Tributos	266	192
Operações de Crédito	373.910	329.172	Sociais e Estatutárias	7.519	3.289
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.200)	(15.756)	Fiscais e Previdenciárias	1.117	1.008
OUTROS CRÉDITOS	21.080	17.556	Diversas (NOTA 14)	28.722	28.656
Créditos por Avais e Fianças Honoradas (NOTA 07)	297	387			
Rendas a Receber	1.652	1.633			
Créditos Específicos	140	132			
Diversos (NOTA 08)	19.653	16.047			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(662)	(643)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	6.540	4.685			
Outros Valores e Bens	6.875	5.015			
(Provisão para devalorização)	(369)	(358)			
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	34	28			
NÃO CIRCULANTE	261.185	196.323	NÃO CIRCULANTE	275.483	296.675
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	261.185	196.323	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	275.483	296.675
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	33.956	40.542	DEPÓSITOS (NOTA 12)	270.410	292.272
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	33.956	40.542	Depósitos Interfinanceiros	-	7.858
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	181.759	134.221	Depósitos a Prazo	270.410	284.414
Operações de Crédito	198.988	129.053	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.073	4.403
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.229)	(14.832)	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	5.073	4.403
OUTROS CRÉDITOS	6	3			
Créditos por Avais e Fianças Honoradas	1	1			
Diversos (NOTA 07)	5	2			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	22.211	21.910	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.720	176.976
Outros Investimentos	22.211	21.910	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	103.469	92.513
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	16.603	14.330	De Domiciliados no País	103.684	92.599
Imóveis de Uso	5.377	4.564	(Capital a Realizar)	(215)	(86)
Outras Imobilizações de Uso	20.135	16.633	RESERVAS DE SOBRAS	89.987	75.117
(Depreciação acumulada) (8.909)	(6.867)	(6.867)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	10.264	9.346
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.650	5.317			
Outros Ativos Intangíveis	11.176	10.618			
(Amortização acumulada) (6.526)	(5.301)	(5.301)			
TOTAL DO ATIVO	811.008	767.090	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	811.008	767.090

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucaraí - Sicredi Botucaraí RS
CNPJ/MF nº 87.900.601/0001-39

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	46.569	-	46.569	88.721	1	88.722	72.977	-	72.977
Operações de Crédito	45.161	-	45.161	86.033	1	86.034	72.262	-	72.262
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.404	-	1.404	2.680	-	2.680	705	-	705
Resultado das Aplicações Compulsórias	4	-	4	8	-	8	10	-	10
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.275)	(31)	(19.306)	(38.110)	(60)	(38.170)	(35.345)	(57)	(35.402)
Operações de Captação no Mercado	(8.168)	(31)	(8.199)	(17.065)	(60)	(17.125)	(17.665)	(57)	(17.722)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.336)	-	(4.336)	(8.830)	-	(8.830)	(9.531)	-	(9.531)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.771)	-	(6.771)	(12.215)	-	(12.215)	(8.149)	-	(8.149)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.294	(31)	27.263	50.611	(59)	50.552	37.632	(57)	37.575
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.326)	3.786	(10.540)	(22.936)	6.933	(16.003)	(15.844)	6.152	(9.692)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.414	7.117	10.531	7.338	13.521	20.859	7.037	11.027	18.064
Rendas de Tarifas Bancárias	2.727	-	2.727	5.418	-	5.418	5.115	-	5.115
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.244)	(1.237)	(11.481)	(19.312)	(2.611)	(21.923)	(21.893)	(2.065)	(23.958)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.656)	(1.424)	(12.080)	(19.789)	(2.638)	(22.427)	(15.517)	(2.142)	(17.659)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(124)	(332)	(456)	(196)	(624)	(820)	(121)	(495)	(616)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	8.448	208	8.656	17.657	279	17.936	23.284	761	24.045
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.891)	(546)	(8.437)	(14.052)	(994)	(15.046)	(13.749)	(934)	(14.683)
RESULTADO OPERACIONAL	12.968	3.755	16.723	27.675	6.874	34.549	21.788	6.095	27.883
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.167	-	1.167	952	10	962	(216)	(45)	(261)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.135	3.755	17.890	28.627	6.884	35.511	21.572	6.050	27.622
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	309	309	-	(571)	(571)	-	720	720
Provisão para Imposto de Renda	-	198	198	-	(346)	(346)	-	450	450
Provisão para Contribuição Social	-	111	111	-	(225)	(225)	-	270	270
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.101)	-	(2.101)	(3.874)	-	(3.874)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.034	4.064	16.098	24.753	6.313	31.066	21.572	6.770	28.342
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	6.313	(6.313)	-	6.770	(6.770)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.034	4.064	16.098	31.066	-	31.066	28.342	-	28.342
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.011)	(4.791)	(20.802)	(18.996)	-	(18.996)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.791)	(4.791)	(5.172)	-	(5.172)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.141)	-	(1.141)	(1.038)	-	(1.038)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.404)	-	(11.404)	(10.385)	-	(10.385)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.466)	-	(3.466)	(2.401)	-	(2.401)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	15.055	(4.791)	10.264	9.346	-	9.346

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucarai - Sicredi Botucarai RS

CNPJ/MF nº 87.900.601/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	81.306	62.331	-	8.113	151.750
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.244	-	-	(7.244)	-
Destinações para reservas	-	-	382	(382)	-
Outras destinações	-	-	(382)	(487)	(869)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.693	-	-	-	1.693
Baixas de capital	(2.838)	-	-	-	(2.838)
Resultado do período	-	-	-	28.342	28.342
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.038)	(1.038)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.385	-	(10.385)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.108	-	-	(5.172)	(64)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.401	-	(2.401)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	92.513	75.117	-	9.346	176.976
Mutações do Período	11.207	12.786	-	1.233	25.226
Saldos no início do período em 01/01/2019	92.513	75.117	-	9.346	176.976
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.339	-	-	(8.339)	-
Outras destinações	-	-	-	(592)	(592)
Fundo Social	-	-	-	(415)	(415)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.448	-	-	-	1.448
Baixas de capital	(3.557)	-	-	-	(3.557)
Resultado do período	-	-	-	31.066	31.066
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.141)	(1.141)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.404	-	(11.404)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.726	-	-	(4.791)	(65)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.466	-	(3.466)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	103.469	89.987	-	10.264	203.720
Mutações do Período	10.956	14.870	-	918	26.744
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	99.591	75.117	-	14.967	189.675
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	986	-	-	-	986
Baixas de capital	(1.834)	-	-	-	(1.834)
Resultado do período	-	-	-	16.098	16.098
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.140)	(1.140)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.404	-	(11.404)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.726	-	-	(4.791)	(65)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.466	-	(3.466)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	103.469	89.987	-	10.264	203.720
Mutações do Período	3.878	14.870	-	(4.703)	14.045

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucaraí - Sicredi Botucaraí RS
CNPJ/MF nº 87.900.601/0001-39

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	17.917	37.066	32.050
Resultado do semestre/exercício	16.098	31.066	28.342
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.819	6.000	3.708
(Reversão) Provisão para operações de crédito	1.188	3.840	1.433
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	48	11	14
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	171	20	(79)
Depreciação do imobilizado de uso	1.071	2.086	1.883
Amortização do intangível	639	1.225	1.099
Baixas do ativo permanente	2	3	191
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(90)	(147)	180
Destinações ao FATES	(1.141)	(1.141)	(1.038)
Dividendos SicrediPar	(69)	103	25
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(126.063)	(182.722)	(52.908)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.601	3.104	(33.805)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(82.693)	(82.693)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.286	-	10
(Aumento) Redução em créditos vinculados	9	(209)	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(52)	(57)	8
(Aumento) em operações de crédito	(100.301)	(114.673)	(88.396)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	51.523	9.021	26.008
(Aumento) em outros créditos	(3.129)	(3.649)	(1.935)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.679)	(1.866)	(825)
Aumento (Redução) em depósitos	(1.733)	3.296	47.675
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.810)	379	229
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(6.580)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.101)	(1.875)	(1.029)
Aumento em outras obrigações	8.016	6.500	5.732
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(108.146)	(145.656)	(20.858)
Aquisição de Investimentos	(301)	(301)	(1.449)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.889)	(4.362)	(5.537)
Aplicações no Intangível	(176)	(558)	(2.067)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.366)	(5.221)	(9.053)
Integralização de capital	986	1.448	1.693
Baixa de capital	(1.834)	(3.557)	(2.838)
Juros ao capital próprio	(65)	(65)	(64)
Distribuição de Sobras	-	(1.007)	(869)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(913)	(3.181)	(2.078)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(112.425)	(154.058)	(31.989)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	193.254	234.887	266.876
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	80.829	80.829	234.887

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Botucaraí - Sicredi Botucaraí RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/04/1982 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	9.052	6.183
Caixa	9.052	6.183
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	71.777	228.704
Total	80.829	234.887

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.482	-
DI entre Banco e Cooperativas	1.482	-
Total circulante	1.482	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	35.956	40.542
DI entre Banco e Cooperativas	35.956	33.373
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.169
Total não circulante	35.956	40.542

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	82.693	-
Total circulante	82.693	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	148.430	91.844	240.274	188.567
Financiamentos	38.563	84.383	122.946	73.336
Financiamentos rurais e agroindustriais	186.917	22.761	209.678	196.322
Carteira total	373.910	198.988	572.898	458.225

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	297	1	298	388
Devedores por compra de valores e bens	84	-	84	110
Títulos e créditos a receber (ii)	17.405	5	17.410	13.694
Total	17.786	6	17.792	14.192

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	54	-	-
Nível A	0,50	139.597	110.855	698	554
Nível B	1,00	200.564	155.594	2.007	1.556
Nível C	3,00	175.465	137.433	5.264	4.122
Nível D	10,00	41.762	38.246	4.176	3.825
Nível E	30,00	7.480	6.077	2.244	1.823
Nível F	50,00	7.770	7.471	3.885	3.736
Nível G	70,00	4.579	4.015	3.205	2.811
Nível H	100,00	13.473	12.672	13.473	12.672
Total (i)		590.690	472.417	34.952	31.099

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 139 (2018 - R\$ 132).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira		
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	4.013	49.595	79.918	134.280	267.806	202.509	
Rural	313	27.798	158.806	22.761	209.678	196.322	
Industrial	15	2.323	1.934	2.494	6.766	5.437	
Comércio	384	15.895	20.963	22.601	59.843	46.382	
Outros Serviços	270	16.877	12.592	16.858	46.597	21.767	
Total	4.995	112.488	274.213	198.994	590.690	472.417	

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	70.186	11,88	55.985	11,85
50 devedores seguintes	81.806	13,85	71.043	15,04
100 devedores seguintes	67.855	11,49	55.176	11,68
Demais	370.843	62,78	290.213	61,43
Total	590.690	100	472.417	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	31.231	29.877
Constituição de provisão	12.215	8.149
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.355)	(6.795)
Saldo final	35.091	31.231

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.736 (2018 - R\$ 3.426), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.346 (2018 - R\$ 16.426).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	74	116
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	677	461
Devedores por compra de valores e bens	84	110
Devedores por depósitos em garantia	52	45
Impostos e contribuições a compensar	145	886
Títulos e créditos a receber (ii)	17.405	13.692
Cotas de consórcio	201	22
Devedores por convênios	312	264
Operações com cartões	254	301
Pendências a regularizar	355	58
Outros	94	92
Total Circulante	19.653	16.047
Títulos e créditos a receber (ii)	5	2
Total não circulante	5	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	6.818	4.958
Imóveis	6.726	4.566
Veículos e afins	69	304
Máquinas e equipamentos	23	-
Bens em regime especial	-	88
Material em estoque	57	57
Despesas antecipadas	34	28
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(369)	(358)
Total Circulante	6.540	4.685

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 369 (2018 - R\$ 358) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.317	11.238
Sicredi Participações S.A.	10.893	10.671
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	22.211	21.910

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	3.605.086 ON	3.460.195 ON	1	1	11.316.541	11.238.385
	7.510.553 PN	7.210.554 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,06%	1,21%	0,62%	0,62%	2,90%	2,93%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	10.893	10.671	1	1	11.317	11.238

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	25.512	(8.909)	16.603	14.330
Imobilizações em curso	-	1.551	-	1.551	152
Terrenos	-	3.314	-	3.314	2.564
Edificações	4%	2.063	(505)	1.558	1.573
Instalações	10%	7.691	(2.773)	4.918	4.711
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.595	(1.947)	2.648	2.727
Sistema de comunicação	10%	346	(120)	226	181
Sistema de processamento de dados	20%	3.863	(2.429)	1.434	1.425
Sistema de segurança	10%	1.325	(606)	719	749
Sistema de transporte	20%	764	(529)	235	248

Intangível (i)	11.176	(6.526)	4.650	5.317
Investimentos Confederação	10.985	(6.427)	4.558	5.186
Outros ativos intangíveis	191	(99)	92	131

Total	36.688	(15.435)	21.253	19.647
-------	--------	----------	--------	--------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	81.287	-	-	81.287	66.222
Depósitos Interfinanceiros	-	8.327	-	8.327	7.858
Depósitos a prazo	7.841	19.380	270.410	297.631	309.869
Total	89.128	27.707	270.410	387.245	383.949

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	175.824	167.469
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	175.824	167.469
Total circulante	175.824	167.469
Recursos do Crédito Rural	5.073	4.403
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.073	4.403
Total não circulante	5.073	4.403

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/08/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	2.215	2.112
Obrigações por convênios oficiais	7	7
Provisão para pagamentos a efetuar	2.862	6.398
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	195	340
Outras Contingências	19	22
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5.008	4.771
Pendências a regularizar	49	146
Operações com cartões	16.557	13.407
Demais fornecedores	992	907
Credores diversos	818	546
Total circulante	28.722	28.656

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	80	3	(51)	32
Cível	262	125	(224)	163
Total	342	128	(275)	195

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	32	80
Cível	Provável	163	260
Total		195	340

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1181; R\$ 209; R\$ 749 (2018 - R\$ 0,00, R\$ 76 e R\$ 749), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	103.469	92.513
Total de associados	51.671	50.840

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$10.956 (2018 – R\$ 11.207), sendo R\$ 13.065 (2018 – R\$ 12.352) via integralização de resultados e R\$ 1.448 (2018 – R\$ 1.693), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$3.557 (2018 – R\$ 2.838).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.790, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1205 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	31.637	27.622
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(12.654)	(11.601)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	16	3
Provisão resgate de milhas cartão	16	(30)
Brindes e Doações	(62)	(39)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(17)	68
Receita com atos cooperativos	9.901	9.060
Juros sobre capital próprio	1.916	2.172
Prejuízo fiscal	262	90
Lucros e dividendos	28	72
Outros	23	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	902
Subtotal	12.083	12.321
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(571)	720

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	37.438	40.542
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	82.693	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	71.777	228.704
Outros Créditos - Rendas a receber	1.357	1.287
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	707	477
Investimentos (Nota 09)	22.211	21.910
Intangível (Nota 10)	4.558	5.186
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	8.327	7.858
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	180.897	171.872
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	16.473	13.101
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.680	705
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.394	8.782
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	11.526	17.922
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	1.205	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	469	-
Operações de Empréstimos e Repasses	8.830	9.531
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.920	1.832
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	6.344	6.092

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	216	0,27%	288
Depósitos a prazo	633	0,21%	2.278
Operações de crédito	2.637	0,46%	2.190

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.542	2.523

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	435	433
Despesa de aluguéis	1.361	1.319
Despesa de comunicação	922	945
Despesa de manutenção e conservação	1.511	1.370
Despesa de material	494	473
Despesa processamento dados	538	413
Despesa de promoções e relações públicas	3.001	2.340
Despesa de propaganda e publicidade	440	401
Despesa de seguro	157	157
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.516	1.370
Despesa de serviços de terceiros	801	574
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.194	1.179
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.559	1.375
Despesa de serviços de transportes	703	686
Despesa de viagem	95	127
Despesa de depreciação e amortização	2.086	1.921
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.225	1.060
Outras despesas administrativas	4.389	2.575
Total	22.427	18.718

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	708	1.413
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.988	17.236
Reversão de provisões operacionais	4.069	3.583
Outras rendas operacionais	2.171	1.813
Total	17.936	24.045

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.773	1.004
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	400	214
Contribuição Confederação Sicredi	5.743	5.261
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	558	626
Encargos da administração financeira	63	114
Repasse administradora de Cartões	209	267
Desp Prov Impostos Foha	1.443	1.330
Outras despesas de Cartões	913	768
Outras provisões operacionais	2.577	3.047
Outras despesas operacionais	1.236	875
Total	15.046	13.624

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	212.097	190.399
Coobrigações em cessões de crédito	145	175
Total	212.242	190.574

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	199.070	171.659
Nível I (NI)	199.070	171.659
Capital principal - CP	199.070	171.659
Capital social	103.469	92.513
Reservas de capital	89.988	75.117
Lucros acumulados	10.264	9.346
Ajustes Prudenciais	(4.650)	(5.317)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	768.001	686.325
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	805	1.012
Margem de Capital (i)	117.625	98.583
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,92%	25,01%
Situação de Imobilização (Imob)	16.604	14.330
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,34%	8,35%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Eudes Clovis Mesacasa
Diretor Executivo
CPF: 398.023.530-00

Luiz Fernando Trevisol
Diretor de Operações
CPF: 425.557.360-34

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20